



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 22 – Ano XI – 10/2022
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

A diversidade cultural e a sua importância na Educação Infantil: Reflexões e Desafios para a Construção de uma Sociedade Inclusiva

Raiany Mirelle Marinho Brito
Licenciada em Ciências Biológicas
Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes/MG - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9779604178903390>
E-mail: raiany.mirelle.brito@gmail.com

Romário Allef Ribeiro Silva
Universidade Federal de São João Del Rei UFSJ- MG - Brasil
Doutorando em Música da UFMG/Brasil
Mestre na linha de Dimensões Teóricas e Práticas da Formação Musical
Docente do Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita
Diamantina - CEMLM - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0172711806275313>
E-mail: r.allef.rs@gmail.com

Resumo: Considerando que a escola é um espaço onde há uma vasta diversidade cultural, social e étnica entre os sujeitos ali presentes, tornando-se um ambiente propício a ocorrer a desvalorização, preconceitos e exclusão social em relação aos grupos que representam as minorias sociais. Neste trabalho refletimos sobre a relevância da diversidade cultural na educação infantil, visando prevenir a desvalorização, preconceito e exclusão em um ambiente escolar diversificado. Utilizando pesquisa bibliográfica e documental, destaca-se a importância da formação imparcial de professores para fomentar a conscientização e formar indivíduos críticos, que valorizem a pluralidade no país. O estudo reforça a necessidade de uma abordagem sensível para construir uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Sendo

assim, conclui-se a necessidade da formação de professores, que tenham uma consciência imparcial diante a abordagem desses temas, para poderem contribuir na construção de indivíduos críticos, que valorizem a pluralidade existente no país.

Palavras-chave: Educação Infantil. Diversidade. Cultura.

Introdução

A educação infantil compreende a primeira etapa da Educação Básica. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.344/96 a educação infantil será oferecida para crianças de 0 a 3 anos em creches, no entanto, após a reforma realizada em 2013, através da Lei 12.796 passou-se a incluir crianças de 4 a 5 anos em pré-escolas.

A partir da educação infantil que a criança passa ter uma socialização para além do contexto familiar e o meio social em que convive. Nesse ambiente, a criança não apenas desenvolverá conhecimentos e habilidades intelectuais, mas também descobrirá maneiras de se expressar e socializar com pessoas que possuem características diferentes dela, seja pela cor da pele, textura do cabelo, ou até mesmo classes sociais distintas a sua.

O ambiente escolar é uma instituição social onde estão inseridos alunos de diferentes culturas, grupos religiosos, etnias e classes sociais, ou seja, é um ambiente que apresenta uma pluralidade de culturas. Nesse sentido, o presente trabalho tem como principal objetivo propor reflexões sobre a importância de discutir a diversidade cultural na educação infantil, visando promover a igualdade social, o respeito e a valorização da diversidade nas instituições de ensino, principalmente no que se refere ao âmbito étnico-racial.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, empregando como metodologia a análise com base em pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema em questão, bem como uma investigação documental que engloba a análise de documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Base Comum Curricular (BNCC). O objetivo é fomentar uma reflexão a respeito da importância de discutir a diversidade cultural durante a primeira etapa da Educação Básica.

A seguir será feita uma breve contextualização da diversidade étnico-racial brasileira, onde serão discutidos o conceito de cultura, bem como a importância da cultura afro

brasileira na construção da história do país, em seguida, abordaremos a diversidade sob a perspectiva da educação, tendo como referência diversos autores que dominam o assunto, após discutiremos sobre a importância da abordagem da Diversidade Cultural na educação infantil, e por fim o desfecho deste trabalho, onde serão abordados os resultados obtidos

Por meio dessa investigação, busca-se contribuir para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e enriquecedor, onde as crianças possam não apenas adquirir conhecimento, mas também desenvolver valores de respeito, tolerância e compreensão em relação às diversas culturas que compõem nossa sociedade.

A diversidade étnico-racial brasileira: uma breve contextualização

Na contemporaneidade, muito tem se discutido sobre racismo no Brasil e no mundo. Porém, para adentrar este assunto será necessário destacar e compreender o conceito de Cultura, este conceito está intimamente relacionado à vivência que um determinado grupo social compartilha entre si, podendo ser a mesma língua, religião, etnia, saberes e hábitos. Ou seja, “é a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa” (MATTA, 1981, P.2). Destaca-se que a cultura não é algo cristalizado ou estático, ela é maleável, está intimamente relacionada onde o indivíduo está inserido, ela é construída de acordo a realidade do sujeito.

A população brasileira é composta por uma infinidade de culturas, tornando-se assim uma sociedade plural, que se deu a partir do processo de colonização que ocorreu no século XVI, e do tráfico negreiro, aonde parte da população negra de diferentes regiões do continente africano foram forçados a embarcarem em navios sob condições desumanas, e levados para diversos países, incluindo o Brasil. Destarte, a população de diversas partes do continente africano, com suas características culturais próprias, cada uma contendo suas diferenças religiosas, de língua e tradições, devido à necessidade de dialogarem e se sentirem pertencentes a um grupo, desenvolveram uma nova cultura, que é a cultura afro-brasileira. A cultura afro-brasileira é o resultado de uma ressignificação de diversas culturas do continente africano, sendo assim, ao chegarem ao Brasil diversas expressões culturais foram extintas da história dessas pessoas.

O tráfico negreiro é hoje considerado como uma das maiores tragédias da história da humanidade, por sua amplitude, sua duração e os estragos provocados entre os povos africanos. Mas, apesar da tragédia, foi graças aos sacrifícios desses africanos e de seus descendentes que foram construídas as bases econômicas do Brasil colonial. Mais do que uma cultura de resistência que, por sua vez, contribuiu para modelar a chamada cultura nacional e a identidade nacional. Como somos vistos aí fora, no mundo ocidental? País do samba, do futebol, do carnaval, da feijoada, da mulata etc! Isto é, símbolos da resistência cultural dos negros, brancos e índios, mesmo aqueles que foram reprimidos durante a colonização, passaram a integrar o processo de construção da cultura e da identidade plural brasileira (MUNANGA, 2010, p.49)

Esse processo de incorporação das heranças culturais dos negros, brancos e índios na construção da cultura nacional, descrito por Munanga, destaca a importância da diversidade étnica e cultural na formação da identidade brasileira, o que se relaciona diretamente com a discussão sobre diversidade cultural na educação infantil.

Ou seja, a cultura afro-brasileira contribuiu e muito para a elaboração da cultura plural brasileira, além disso, segundo o autor, a partir do início do século XX, esse processo foi ainda enriquecido pelas contribuições culturais orientais, principalmente japonesas. As heranças culturais africanas e indígenas constituem uma das matrizes da chamada cultura nacional, e por esse motivo deveriam ter o mesmo reconhecimento, tanto quanto as heranças europeias, árabes, judaicas ou orientais (MUNANGA 2010).

Diante a desvalorização desse povo que participou ativamente na construção da história e na promoção da cultura brasileira, e que muitas vezes são contadas de formas distorcidas, sem se enfatizar a verdadeira história de luta e resistência desse indivíduos é que se faz necessário abordar a discussão destes temas de forma sensível e lúdica, respeitando as particularidades das etapas de desenvolvimento da criança pequena, a fim de tornarem seres críticos e conscientes na luta contra as desigualdades e racismo presentes em nossa sociedade.

A diversidade cultural sob a perspectiva da educação

Segundo a perspectiva de Gomes (2007) a diversidade é uma construção histórica, social e cultural. Portanto, para falarmos em diversidade e diferença é necessário que tenhamos um pensamento decolonial, para que assim possamos entender o impacto dos processos de colonização e dominação na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola. Ao abordamos o tema diversidade, é necessário nos despiremos de nossos conceitos, devemos ser imparciais, e o mais importante devemos levar em

consideração, que “algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas, sendo, portanto, tratadas de formas desiguais e discriminatórias” (GOMES, 2007. p. 25).

A escola, enquanto instituição detentora do poder político e de formação, deve exercer seu papel de inclusiva e democrática. “Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade” (BRASIL, MEC, 2018).

Em vez de se opor à igualdade e à diferença, é preciso reconhecer a necessidade de combiná-las para poder construir a democracia. É nessa preocupação que se coloca a questão do multiculturalismo, definido como encontro de culturas, ou seja, a existência de conjuntos culturais fortemente constituídos, cuja identidade e lógica interna devem ser reconhecidas, mas não são inteiramente estranhas umas às outras, embora diferentes entre elas. (MUNANGA, 2010, p.41)

A citação ressalta a importância de não se opor à igualdade e à diferença, mas sim reconhecer a necessidade de combiná-las de maneira equilibrada para construir uma sociedade democrática. Ela introduz o conceito de multiculturalismo como um encontro de culturas, onde diferentes conjuntos culturais coexistem, cada um com sua identidade e lógica interna, mas também com interações e conexões entre si.

Conforme Munanga (2010), a educação atual deve se sensibilizar diante as desigualdades, e procurar a partir de políticas públicas afirmativas corrigi-las, de forma realista e não por meio de uma visão idealizadora. Além disso, para o autor, é necessário pensar no tipo de educação que o país precisa desenvolver, para combater a inferiorização de grupos minoritários. Devemos pensar numa educação além do ensino teórico, que apesar de sua importância, sozinha não contribui para contornar a problemática da sociedade atual.

É necessário pensar numa educação cidadã, a fim de formar sujeitos com princípios de solidariedade e equidade, a fim de termos uma visão mais crítica, sobre a construção das identidades individuais e coletivas. Atualmente, a educação oferecida nas instituições de ensino é monocultural e eurocêntrica, devido a isso não respeita as inúmeras diversidades encontradas em nosso país, diversidades de etnias, de gênero, de classes sociais, religiões e sexos, que contribuíram diretamente para a construção do Brasil plural no qual estamos inseridos (MUNANGA, 2010).

Diante isso, após a abolição da escravatura os sobreviventes da escravidão e seus descendentes foram submetidos a um modelo educacional no qual nada tinha a ver com sua visão de mundo, desse modo subtende-se como uma violência cultural

simbólica, tão grande quanto as violências físicas sofridas durante a escravidão (MUNANGA, 2010).

Em conformidade às críticas ao modelo eurocêntrico e monocultural percorridas pelo autor, faz-se necessário pensarmos em um novo modelo de educação, uma educação na qual promova a valorização e respeito a esse grupo, que com sua riqueza cultural, beneficiou a construção do Brasil atual. Pensar numa educação na qual nos traga a possibilidade de resolver essas divergências históricas e sociais, para com o intuito de construirmos uma sociedade na qual a vasta diversidade que compõe o país possa conviver civilizadamente, evitando o racismo, a violência e exclusão de grupos tidos como minoritários.

Para isso, é necessário termos em mente uma educação intercultural, que vai além do monoculturalismo e o multiculturalismo, mas sim, é um tipo de perspectiva educacional, que reconhece a identidade cultural individual de cada grupo social, e que desenvolve a interação entre esses grupos, a fim de promover a interaprendizagem recíproca (FLEURI, 2018). E que, sobretudo, promove mudanças estruturais nas relações entre esses grupos. Estereótipos e preconceitos-legitimadores de relações de sujeição ou de exclusão- são questionados e, até mesmo superados, enquanto sujeitos diferentes se reconhecem a partir de seus contextos, de suas histórias e de suas opções (FLEURI, 2018 p.46).

Ainda de acordo Fleuri (2018), a sociedade plural na qual estamos inseridos, os indivíduos tendem a inferiorizar formas e conteúdos culturais muito distintos do seu, dessa forma ocasionando um desafio para a prática pedagógica elaborar a multiplicidade e a contrariedade de modelos culturais que elaboram a formação da visão de mundo dos educandos.

Dessa forma, faz-se necessário, pensar numa abordagem intercultural, e, além disso é necessário remodelar o currículo e incluir as vivências dos diversos grupos minoritários que não se encontram no mesmo. Além disso, é necessário pensar na inclusão desses conceitos nas instituições de formação de professores.

A diversidade cultural na Educação Infantil: por que é necessária?

Vários documentos foram escritos no campo da educação a fim de diminuir as práticas de discriminação e preconceitos presentes no contexto escolar, e possibilitar

ao educando um novo ponto de vista com relação ao pluralismo existente no país. No âmbito das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) o termo criança é conceituado da seguinte forma:

é um sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.12).

Esse conceito destaca a visão da criança como um sujeito ativo e participante na construção de sua própria identidade e na produção de cultura, enfatizando a importância das interações, relações e práticas cotidianas na formação desse sujeito histórico e de direitos. Essa abordagem reconhece a criança como um agente ativo em sua própria educação, sublinhando sua capacidade de construir conhecimento e expressar sua criatividade. No contexto deste trabalho, essa visão reforça a importância de proporcionar um ambiente educacional que valorize as experiências e perspectivas individuais das crianças, promovendo sua participação ativa na construção de uma cultura mais inclusiva e respeitosa.

A instituição escolar desempenha um papel fundamental como intermediária nas interações humanas, fornecendo o terreno fértil onde a criança dá início ao processo de forjar sua identidade. Ao se reconhecer a influência marcante do convívio social na formação do indivíduo e o profundo impacto que isso exerce na construção de uma autoimagem positiva, torna-se ainda mais premente a promoção de diálogos acerca da diversidade cultural desde a primeira infância. Esse imperativo ganha contornos mais acentuados, especialmente quando se considera a diversidade étnico-racial como pano de fundo dessa discussão enriquecedora.

Fleuri (2018), nos revela que são poucos os estudos relacionados à discussão sobre a elaboração da cultura e diversidade entre crianças, em seu sentido amplo, diante disso, só reforça a importância de abordarmos esse assunto.

Visto que numa sociedade globalizada como a nossa, cada vez mais cedo as crianças estão sendo inseridas no ambiente escolar, e é a partir dessa etapa da educação básica que a criança pequena irá se separar de seu contexto familiar, para poder se integrar a um novo ambiente rico em adultos e crianças com características diferentes de si, essa socialização com pessoas distintas, muitas vezes pode resultar em discriminação e racismo.

Embora as políticas voltadas para a promoção da igualdade racial possam exercer um papel significativo na redução das disparidades entre indivíduos de diferentes origens étnicas, é crucial reconhecer que o combate à discriminação é apenas parte da equação. Para efetivamente enfrentar as raízes profundas da desigualdade, que residem no racismo arraigado e no preconceito enraizado na sociedade, é imperativo adotar uma abordagem mais abrangente. Nesse contexto, é de extrema relevância destacar que a educação desempenha um papel central na transformação de valores arraigados, desempenhando um papel fundamental na promoção da valorização da diversidade e na construção de um senso sólido de mútuo respeito entre os diversos grupos que constituem a rica tapeçaria de identidades culturais que compõem a nação brasileira, conforme enfatizado pela UNESCO em 2002.

Nesse sentido, é necessário que o educador sensibilize a criança pequena quanto o respeito ao próximo, a fim de que demonstre atitudes de respeito e valorização ao diferente, ou seja, a diversidade. Tornando-os cidadãos comprometidos a valorizarem a diversidade e as diferentes identidades culturais existentes no nosso país plural. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNE) para a Educação Infantil, em sua resolução de número 5, de 17 de dezembro de 2009, estabelece que as propostas pedagógicas da educação infantil devem considerar, reconhecer, valorizar, respeitar e promover a interação da criança com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, também deve combater o racismo e a discriminação (BRASIL, 2010, p.21). As diretrizes abordam, ainda, o combate a negligências ocorridas no interior da instituição escolar, ou no seio familiar, a fim de respaldar a dignidade da criança e sua proteção contra qualquer forma de violência (BRASIL, 2010, p.21).

Diante a facilidade da criança pequena em se adaptar a diferentes meios em que é inserida, é de suma importância que o ambiente escolar, ofereça práticas educativas de qualidade, que enfatizem a importância do respeito e tolerância às diversidades, além de discorrer sobre a importância da cultura afro-brasileira na construção da identidade nacional. Nesse sentido, é importante que o educador leve em consideração, que as crianças se expressam de diferentes formas, e que nessa fase do desenvolvimento continuam adquirindo meios para lidar com a convivência diária imposta pela instituição de ensino.

Nesse contexto, a escola adquire fundamental importância em repassar não só conhecimentos e habilidades de cunho intelectual, mas em oferecer ferramentas para que o educando tenha autonomia em seu processo de aprendizagem, e a partir disso a criança irá descobrir formas de se expressar e socializar com pessoas com características diferentes de si, seja pela cor da pele, textura do cabelo, ou até mesmo classes sociais distintas a sua. Pois a “identidade do sujeito é parcialmente formada a partir do reconhecimento ou da má percepção que os outros têm dela, dependendo do tipo de percepção que as pessoas fazem sobre o outro, este pode sofrer prejuízos ou até mesmo criar uma imagem depreciativa e limitada de si” (MUNANGA, 2010, p. 52).

Ainda segundo Munanga (2010), o racismo continua arraigado na sociedade e em nossa cultura, tornando-se indispensável repensar na cidadania, com o intuito de extinguir as práticas de racismo, sendo de extrema importância a discussão sobre os sistemas legais e coletivos no sistema escolar.

Para que essa socialização seja positiva, é necessário também um investimento na formação de professores, pois esses devem ter uma consciência imparcial diante a abordagem desses temas, já que a criança, ainda em processo de formação do caráter, costuma reproduzir o que lhe é imposto pelo meio social que convive. Em suma, é indispensável que os cursos de formação de professores para educação infantil, tenham uma atenção especial na formação humana, na questão de valores e nas habilidades específicas para tratar com seres tão abertos, e ávidos para explorar e descobrir o meio em que estão inseridos (UNESCO 2002).

De acordo com Freire (1967), é necessário dispensar aos educandos uma educação além da palavra desvinculada da realidade, pobre em atividades que desenvolve no educando brasileiro a criticidade de sua consciência, indispensável à nossa democratização.

Ainda segundo Freire, “Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos” (FREIRE, 1967, P.96). Análogo a isso, é necessário que a educação brasileira, partindo da maleabilidade da criança pequena, dispense a esses pequenos uma educação baseada na construção do caráter humano, que valorize a pluralidade existente no país e no mundo, que permitam conhecer verdadeiramente a história de luta e resistência dos descendentes africanos, que tiveram grande importância na

construção cultural e socioeconômica do país. A fim de evitar futuros adultos, sem pensamento crítico e democrático, e o mais importante, que disseminem discurso de ódio e violências contra aos grupos que representam as minorias sociais, dando ênfase a questão étnico-racial

5 Considerações finais

O enfrentamento do racismo emerge como uma questão premente tanto no contexto brasileiro quanto global. A diversidade permeia nosso dia a dia, refletindo uma sociedade multifacetada enriquecida por uma miríade de influências culturais. Diante deste panorama desafiador, esta pesquisa buscou suscitar reflexões sobre a imperativa discussão acerca da diversidade cultural na educação infantil. A escola, enquanto instituição social, configura-se como um cenário repleto de pluralidade cultural, contudo propenso à desvalorização, preconceitos e marginalização dos grupos que representam minorias sociais.

Diante dessa problemática, o presente trabalho objetivou propor reflexões acerca da importância de se discutir sobre a diversidade cultural na educação infantil. Pois, o ambiente escolar é uma instituição social onde se apresenta uma pluralidade de culturas, tornando-se um local propício a ocorrer a desvalorização, preconceitos e exclusão social em relação aos grupos que representam as minorias sociais.

A partir desse trabalho pode-se perceber o papel da escola na formação do sujeito, pois é nesse ambiente que a criança passará a ter as primeiras interações além de seu contexto familiar, aprendendo assim a conviver e respeitar a individualidade do outro. A elaboração deste artigo revelou a desafiante lacuna na disponibilidade de estudos que abordem de maneira abrangente as questões relativas à Diversidade Cultural no contexto da Educação Infantil. Também se conclui a necessidade da formação de professores, que tenham uma consciência imparcial diante a abordagem desses temas, devido à criança continua em processo de formação do caráter crítico e de sua facilidade em se adaptar aos diferentes meios em que é inserida. A criança, ainda moldando seu caráter crítico e flexibilidade perante ambientes diversos, encontra na figura do educador um facilitador na construção de uma mentalidade crítica, enraizada na apreciação da riqueza da pluralidade nacional.

Dessa forma, o educador, enquanto mediador das interações sociais da criança, poderá contribuir na construção de indivíduos críticos, que valorizem a pluralidade existente no país. A fim de formar cidadãos com pensamento crítico e democrático, e o mais importante, que não disseminem discurso de ódio e violências contra aos grupos que representam as minorias sociais. Mas sim que tenham plena consciência do papel importante desses grupos, na formação e história do país.

Referências

ALTOÉ, Natália Moreira. A DIVERSIDADE CULTURAL: Um desafio na educação. Minas Gerais, v. 7, n. 5, p. 141-145, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11030/8819>> Acesso em: 12/06/2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9344, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação de dar outras providências. Brasília: 4 de abril de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural e formação de professores. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

Gomes, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: Diversidade e Currículo, Brasília, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.

MATTA, Roberto da. Você tem cultura? Jornal da Embratel, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/877886/mod_resource/content/1/2_MATTA_Voc%C3%AA%20tem%20cultura.pdf > Acesso em 09/06/2023.

MUNANGA, Kabengele. Educação e Diversidade Cultural. Cadernos PENESB, v. 10, p. 37-54, 2010.

SILVA, Jr. Hédio. Discriminação Racial nas Escolas: entre as leis e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424